

Contribuição da Nova Sociologia Econômica para repensar a Economia no Sentido do Desenvolvimento Sustentável

Contribution of the New Economic Sociology to rethink the Sense Economics of Sustainable Development

Daniel Barroso de Carvalho Ribeiro ¹

RESENHA

LEVESQUE, B. **Contribuição da Nova Sociologia Econômica para repensar a Economia no Sentido do Desenvolvimento Sustentável**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: FGV, v.47, n.2, p. 49-60, 2007.

¹ Possui graduação em Administração de Empresas pela UESPI, é especialista na área governamental e é mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (NPGA-UFBA). Email: danielbarroso.adm@gmail.com.

RESENHA

O artigo intitulado de “Contribuição da Nova Sociologia Econômica para repensar a Economia no Sentido do Desenvolvimento Sustentável” de Lévesque (2007) aborda o prisma que a sociologia adiciona à economia. No texto, o autor relaciona os papéis das instituições, organizações, redes e formas de governança na reconstrução dos aspectos econômicos como objetos sociológicos, dentro de uma compreensão do desenvolvimento proposto de forma sustentável.

Inicialmente, Lévesque contextualiza o surgimento da Nova Sociologia Econômica (NSE) diante das grandes transformações na produção capitalista e no conhecimento econômico hegemônico. A partir deste cenário o autor formula hipóteses e vetores que orientam as mudanças para situações sociais dentro economia atual. Por seguinte, discorre a respeito de duas abordagens sobre a NSE da academia inglesa e francesa, citando os principais teóricos e descrevendo as contribuições das principais correntes.

No primeiro tópico estão situadas as hipóteses sobre a produção científica no campo da NSE através da identificação de quatro possibilidades. A primeira delas é a contraposição a “separação entre o econômico e o social” (p. 50). Sugere-se nessa abordagem uma reversão do “determinismo econômico da sociedade em favor de uma determinação social da economia” pretendida por autores clássicos, como Weber, Durkheim e Simmel. (p. 50)

Já a segunda hipótese advém do contexto histórico das grandes transformações provocadas pelo imperialismo, organização científica do trabalho, desaparecimento de diversas profissões, sindicalismo e economia social, economias administradas e neoliberais. Lévesque atribui sentido ao desenvolvimento econômico e ao desenvolvimento sustentável com vetores críticos sobre o capitalismo, contemplando sobre as quatro direções: (1) as ações corretivas à industrialização e sistemas produtivos; (2) a financeirização da globalização e crescimento das desigualdades entre norte e sul; (3) a tecnologia de informação e comunicação, além da nova economia e da interdependência entre o econômico e o social; e por último, (4) os riscos sociais preocupantes ao desenvolvimento sustentável.

Terceira hipótese expõe as aberturas para o não econômico, além e conceitos sobre a economia plural e capital social que vislumbram a reconfiguração do próprio Estado com a participação dos cidadãos, até então relegada a um segundo plano diante da “díade Estado-Mercado” (p. 51). Nessa corrente, juntamente com a valorização do Estado e progresso tecnológico, novos valores de qualidade de vida, democracia e ao respeito ao meio ambiente aprofundam as transformações da governança do capital social.

A última hipótese seria o cuidado metodológico para elaborar panoramas gerais apoiados por Lévesque nas abordagens inglesa e francesa, assumindo expressamente a ausência de maiores estudos.

A contribuição francesa comporta as teorias de Mauss, da Economia social e solidária, dos Regulacionistas, da Economia de grandeza e das convenções. De acordo com Lévesque, “Mauss propõe uma reconstrução do objeto da economia partindo do paradigma da dádiva” (p. 52) que apresenta os fatos sociais como elementos econômicos, políticos, religiosos, imaginários e familiares, edificando assim o “fundamento das sociedades modernas” (p. 52).

Desse modo a economia solidária e plural provém do engajamento do cidadão que visa ampliar a democracia e promover a equidade. Por outro viés, Lévesque cita:

A Regulação proposta por Keynes apostava na conjunção do Estado e do mercado, tinha por consequências a separação e a hierarquização das atividades, sempre relegando as atividades não monetárias (reciprocidade da dádiva) a um lugar e um papel residuais (p.52).

Diante disso, a regulação assume que, devido à separação das atividades e aos interesses divergentes as relações sociais são assimétricas, quando uma parte não se impõe sobre a outra e dela necessita para alcançar seus objetivos. Nesse sentido, essa corrente incorpora a dimensão política da economia moldada para regular a competição, produção e consumo. Assim, entende-se como suas limitações a análise territorial nacional diante da globalização e a centralidade das relações de trabalho ao reduzir o espaço para novos movimentos sociais (p. 53 e 54).

Em uma nova interface a economia solidária indica uma diferente configuração das relações Estado-Mercado-Sociedade civil e uma “reimersão da economia no social e no político” para um novo contrato social com equidade, predominância das pessoas sobre o capital, domínio das comunidades sobre o seu próprio destino, etc (p. 55).

A Nova Sociologia Econômica na língua francesa possui na economia da grandeza o suporte para a definição do mercado em termos de organização sobre a qual ocorrem as interações sociais existentes nas cidades e territórios, abordadas nas obras: A cidade de Deus, de Santo Agostinho; O leviatã, de Hobbes; Investigações sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, de Adam Smith; O contrato social, de Rousseau; A fisiologia social, de Saint-Simone; e A cidade do projeto, de Boltanski Chapiello. Essas contribuições forneceram pressupostos e tipologias dos “mundos” (p.54) para explicar a diversidade de lógicas e incertezas ações dos atores, que podem ser coordenadas pela Economia da Convenção para caracterizar o mundo de produção, da conexão em redes e de uma cidade.

Na abordagem inglesa e na NSE, Granovetter é reconhecido como principal autor devido sua crítica à concepção do indivíduo coagido e racionalidade formal do mercado, defendendo que “a economia funciona da forma devida apenas quando mobiliza redes”, destacando, dessa maneira, que toda ação econômica é social (p. 55). O mesmo teórico também faz críticas aos custos de transação de Williamson (1981), colocando no lugar das firmas as redes e os laços de confiança existentes.

Por outro lado, os neo-institucionalistas criticam a economia como ciência, devendo ela ser inserida no contexto das sociedades e instituições bem definidas (HOGSON, 1988). Outrossim, aposta-se em redes pequenas de empresas bem enraizadas no território, e, sobretudo, abandona-se uma forma de organização do trabalho que tem como fundamento o parcelamento de tarefas.

Sob inspiração a Schumpeteriana, os evolucionistas elegem a biologia como a interpretação mais adequada, ao invés do modelo mecanicista do trabalho, para interpretar as transformações na economia (DOSI, 1991). Abordam os paradigmas tecnológicos e de sistemas sociais de inovação, revelando as rupturas com o paradigma produtivo que não verifica-se como eficaz para as concepções das inovações.

A perspectiva neocorporativista enfatiza as tipologias de modos de governança econômica ao considerar como partes do debate os grupos de interesses presentes na democracia social (p. 56). Levésque cita suas quatro formas:

A concorrência dispersa e o mercado, a hierarquia e o Estado, a articulação organizacional e a associação, a solidariedade e a comunidade. Se as duas primeiras formas dizem respeito basicamente a indivíduos, as duas últimas pressupõem atores coletivos que emergem da sociedade civil (p. 57).

Promovida por Etzioni (1988), a socioeconomia centra-se na sociedade e desfaz-se da associação à economia política de Marx. O autor defende a inserção da economia e do mercado na sociedade, reconhece a multiplicidade de lógicas de ações que além dos interesses, possuem motivações originadas na moral, obrigação, emoção, confiança e nos laços sociais que correspondem à “ética nos negócios e na sociedade” (p. 57).

Conclui-se que a economia de mercado é dependente do social pelo fato de suas instituições se constituírem como organizações sociais que possuem interações em níveis que a economia não observa, isto é, “contemplando apenas o acionista e o seu monopólio sobre as decisões e os lucros” (p. 57-58), geralmente voltados para o curto prazo no capitalismo. Dessa forma, faz-se necessário o estudo da dimensão da construção social para o desenvolvimento sustentável e o funcionamento do sistema democrático, assim como dos elementos da dimensão política que lidam com o engajamento declarado pelas diversas abordagens estudadas. Portanto, perante as dimensões mutiladas da economia, política e relações sociais, a Nova Sociologia Econômica, essencialmente, direciona-se para as pequenas mudanças nos comportamentos cotidianos dos indivíduos.

REFERÊNCIAS:

DOSI, G. Perspective on Evolutionary Theory. **Science and Public Policy**. v. 18, n. 6, p. 353-369, 1991.

ETZIONI, A. **The Moral Dimension, Toward a New Economics**. New York: The Free Press, 1988.